

MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA VISUAL PUBLICADAS NA RBEE NO PERÍODO DE 2005 A 2025¹

MAPPING OF SCIENTIFIC RESEARCH IN THE AREA OF VISUAL IMPAIRMENT PUBLISHED IN RBEE FROM 2005 TO 2025

MAPEO DE LA INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA EN EL ÁREA DE DISCAPACIDAD VISUAL PUBLICADA EN RBEE DE 2005 A 2025

Marcela Rubia Tozato Daltio

Mestre em Educação, Administração e Comunicação,
Faculdade de Ensino Superior de Linhares, Espírito Santo, Brasil

E-mail: mrtaldtio@gmail.com

Cidimar Andreatta

Doutor em Ensino de Matemática,
Faculdade de Ensino Superior de Linhares, Brasil

E-mail: cidimar.andreatta@faceli.edu.br

Laryane de Souza Eli

Graduanda em Pedagogia, Faceli, Brasil

E-mail: laryanesouzaeli@gmail.com

Lorena Rosse Barreira Borsonelli

Graduanda em Pedagogia, Faceli, Brasil

E-mail: Lorenarosse123@gmail.com

Resumo

A educação de pessoas com Deficiência Visual (DV) tem exigido constantes adequações pedagógicas e tecnológicas para efetivar a inclusão escolar. Nesse contexto, o mapeamento da produção científica atua como ferramenta indispensável para compreender a trajetória, as tendências e as lacunas da área. O presente artigo tem como objetivo quantificar e analisar as Produções Científicas (PCs) sobre DV publicadas na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) no período de 2005 a 2025. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e descritiva, ancorada no método de mapeamento de pesquisa. O levantamento sistemático identificou um *corpus* de 64 trabalhos, os quais foram catalogados por gênero acadêmico e distribuídos em sete focos temáticos. Os resultados demonstram um declínio na proporção de publicações voltadas à DV a partir de 2015, evidenciando um deslocamento do interesse acadêmico para outras especificidades. Constatou-se uma forte predominância de estudos empíricos, representados por 83% de Relatos de Pesquisa, com concentração analítica nos eixos de Ensino e Aprendizagem (22%), Inclusão (19%) e Psicomotricidade (19%). Em contrapartida, áreas instrumentais cruciais, como Tecnologia Assistiva

¹O autor e os coautores pertencem ao grupo de pesquisa 'Educação Especial e Processos Políticos e Práticos Inclusivos' (GEEPPPI) da Faceli.

(8%) e Metodologia e Recursos Pedagógicos (6%), apresentaram as menores expressividades numéricas. Conclui-se que há uma necessidade premente de fomentar novas investigações focadas na acessibilidade digital e no desenvolvimento de materiais didáticos multissensoriais, a exemplo da modelagem para impressão 3D, visando não apenas preencher as lacunas técnicas identificadas, mas também retomar o dinamismo e a representatividade da temática no cenário científico nacional.

Palavras-chave: Deficiência Visual; Educação Especial; Revista Brasileira de Educação Especial; Mapeamento de Pesquisas Científicas.

Abstract

The education of people with Visual Impairment (VI) has required constant pedagogical and technological adaptations to ensure school inclusion. In this context, mapping scientific production acts as an indispensable tool to understand the trajectory, trends, and gaps in the area. This article aims to quantify and analyze the Scientific Productions (SPs) on VI published in the Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) from 2005 to 2025. Methodologically, the study is characterized as a qualitative and descriptive bibliographic research, anchored in the research mapping method. The systematic survey identified a corpus of 64 papers, which were cataloged by academic genre and distributed into seven thematic focuses. The results demonstrate a decline in the proportion of publications focused on VI from 2015 onwards, evidencing a shift in academic interest to other specificities. A strong predominance of empirical studies was found, represented by 83% of Research Reports, with an analytical concentration in the axes of Teaching and Learning (22%), Inclusion (19%), and Psychomotricity (19%). In contrast, crucial instrumental areas, such as Assistive Technology (8%) and Methodology and Pedagogical Resources (6%), presented the lowest numerical expressiveness. It is concluded that there is an urgent need to promote new investigations focused on digital accessibility and the development of multisensory teaching materials, such as 3D printing modeling, aiming not only to fill the identified technical gaps but also to resume the dynamism and representativeness of the theme in the national scientific scenario.

Keywords: Visual Impairment; Special Education; Revista Brasileira de Educação Especial; Mapping of Scientific Research.

Resumen

La educación de personas con Discapacidad Visual (DV) ha exigido constantes adecuaciones pedagógicas y tecnológicas para hacer efectiva la inclusión escolar. En este contexto, el mapeo de la producción científica actúa como una herramienta indispensable para comprender la trayectoria, las tendencias y los vacíos del área. El presente artículo tiene como objetivo cuantificar y analizar las Producciones Científicas (PCs) sobre DV publicadas en la Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) en el período de 2005 a 2025. Metodológicamente, el estudio se caracteriza como una investigación bibliográfica de naturaleza cualitativa y descriptiva, anclada en el método de mapeo de investigación. El levantamiento sistemático identificó un corpus de 64 trabajos, los cuales fueron catalogados por género académico y distribuidos en siete focos temáticos. Los resultados demuestran un declive en la proporción de publicaciones dirigidas a la DV a partir de 2015, evidenciando un desplazamiento del interés académico hacia otras especificidades. Se constató una fuerte predominancia de estudios empíricos, representados por el 83% de Relatos de Investigación, con concentración analítica en los ejes de Enseñanza y Aprendizaje (22%), Inclusión (19%) y Psicomotricidad (19%). En contrapartida, áreas instrumentales cruciales, como Tecnología Asistiva (8%) y Metodología y Recursos Pedagógicos (6%), presentaron las menores expresividades numéricas. Se concluye que existe una necesidad apremiante de fomentar nuevas investigaciones centradas en la accesibilidad digital y en el desarrollo de materiales didáticos multisensoriales, como el modelado para impresión 3D, con el objetivo no solo de llenar los vacíos técnicos identificados, sino también de retomar el dinamismo y la representatividad de la temática en el escenario científico nacional.

Palabras clave: Discapacidad Visual; Educación Especial; Revista Brasileira de Educação Especial; Mapeo de la Investigación Científica.

1. Introdução

A área da Educação Especial (EE) tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, transitando de um modelo puramente clínico e assistencialista para uma perspectiva social e pedagógica pautada nos direitos humanos e na inclusão (Brasil, 2008, 2025b). No centro desse debate, a Deficiência Visual (DV) — que compreende a cegueira, a baixa visão e a monocular (Brasil, 2025a) — impõe desafios específicos ao sistema educacional, exigindo não apenas a matrícula do estudante, mas a garantia de condições reais de acessibilidade, permanência e êxito escolar (Brasil, 2008, 2025b).

As Produções Científicas (PCs) desempenham papéis cruciais nessas trajetórias, pois é através das pesquisas acadêmicas que se validam práticas, tecnologias e metodologias que transformam o cotidiano de estudantes com DV. Nesse cenário, a Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) consolida-se como um dos veículos de disseminação e de saberes, ajudando a analisar e refletir tendências teórico-metodológicas da área da EE (Pletsch et al., 2018).

Todavia, as PCs produzidas ao longo dos anos requerem esforços de sistematização para que pesquisadores e profissionais da educação possam compreender quais territórios do conhecimento foram consolidados e quais lacunas ainda carecem de investigação. Nesse contexto, este trabalho propõe-se a responder à seguinte questão norteadora: quais são os focos temáticos trabalhados nas PCs publicados na RBEE entre 2005 e 2025 que abordam o tema DV? O objetivo geral deste artigo é realizar um mapeamento das PCs sobre DV na referida revista, abrangendo duas décadas de publicações.

Justifica-se esta pesquisa pela necessidade de organizar o conhecimento produzido por grupos de pesquisa como o "Educação Especial e Processos Políticos e Práticos Inclusivos" (GEEPPPI) da Faculdade de Ensino Superior de Linhares - Faceli, contribuindo para a memória acadêmica e para o fortalecimento de práticas pedagógicas baseadas em evidências científicas. Ao analisar 64 pesquisas identificadas sobre DV, este estudo pretende oferecer subsídios para que novos pesquisadores e docentes possam navegar com clareza pelos eixos

encontrados.

2. Revisão da Literatura

A compreensão da DV no contexto educacional brasileiro exige o alinhamento com os marcos normativos que orientam o Censo Escolar. Segundo o Glossário da EE (Brasil, 2025a, p. 7), a DV é concebida como a "perda total ou parcial da visão, congênita ou adquirida, em nível", sendo subdividida em três categorias fundamentais que determinam o tipo de suporte pedagógico necessário: cegueira, baixa visão e visão monocular.

Quadro 1: Categorização da Deficiência Visual segundo o INEP/MEC (Brasil, 2025a)

Categoria	Definição Técnica	Impacto Funcional	Necessidades Pedagógicas Principais
Cegueira	Perda total ou capacidade mínima de enxergar.	Ausência de uso da visão para leitura/escrita convencional.	Sistema Braille, materiais táteis, audiodescrição e tecnologia assistiva.
Baixa Visão	Perda parcial (resíduo visual) que persiste após correção.	Dificuldade em atividades escolares e de locomoção.	Letras ampliadas, recursos ópticos, adaptação de contraste e iluminação.
Visão Monocular	Perda parcial ou total em apenas um dos olhos.	Prejuízo na visão de profundidade e na locomoção.	Materiais acessíveis e suporte no processo de escolarização.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Glossário da Educação Especial (Brasil, 2025a).

As autoras Darub e Kohls-Santos (2025) apresentam a deficiência não apenas como um impedimento físico, mas como uma construção social. Utilizando a base teórica de Erving Goffman, o texto explica como a sociedade cria "padrões de normalidade" que excluem quem possui marcas corporais distintas, como a DV. A inclusão é apresentada como uma contraposição ao estigma, exigindo mudanças estruturais na escola e na sociedade para valorizar a diferença em vez de tentar homogeneizar os estudantes. As autoras deixam claro que o desafio da inclusão no Acre (e no Brasil) não é apenas técnico ou de braille, mas de rompimento com o "capacitismo" que enxerga o estudante com cegueira apenas pelo seu estigma, ignorando suas outras potencialidades.

Nesse cenário, o mapeamento da produção acadêmica revela-se uma ferramenta indispensável. Fiorentini et al. (2016) definem o mapeamento como um processo de levantamento e descrição de informações que permite sistematizar o

conhecimento produzido em determinado campo e período.

Para a área da DV no Brasil, a RBEE assume um papel de protagonismo, consolidando-se como um dos periódicos de referência para a validação de práticas na área da EE. Ao revisitarem os trinta anos de trajetória da RBEE, Fiorini, Rolim e Lockmann (2023) identificaram que o periódico consolidou-se como um dos principais espaços de intercâmbio científico da área no Brasil. As autoras destacam que a evolução da revista não se limitou aos aspectos estruturais e digitais, mas refletiu mudanças conceituais profundas, evidenciadas pela substituição de terminologias estigmatizantes por expressões alinhadas à perspectiva social da deficiência. Dessa forma, a RBEE acompanhou a profissionalização do campo, estabelecendo-se como um arquivo histórico das transformações nas políticas e práticas da EE (Fiorini; Rolim; Lockmann, 2023).

3. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e descritiva, utilizando o método de mapeamento de pesquisa. De acordo com Fiorentini et al. (2016, p. 18), o mapeamento consiste em um processo sistemático de levantamento e descrição de informações sobre a produção acadêmica em um campo específico, permitindo analisar "onde, quando e quantos estudos foram produzidos", bem como suas características teórico-metodológicas e temáticas.

A operacionalização deste mapeamento seguiu o rigor procedimental também adotado por Andreatta, Daltio e Ribeiro (2024) e Daltio, Costa e Souza (2025), sendo estruturada nas seguintes etapas:

3.1 Fonte de Dados e Período de Abrangência

A fonte primária de dados foi a RBEE, selecionada por sua relevância e consolidação na área da EE (Pletsch et al., 2018). O recorte temporal abrange o período de 2005 a 2025, permitindo uma análise longitudinal de duas décadas. O levantamento incluiu a consulta sistemática aos sumários de todas as edições

online disponíveis, do volume 11, número 2 (2005) ao volume 31 (2025).

3.2 Critérios de Seleção e Coleta

Para a composição do corpus da pesquisa, foram adotados os seguintes critérios de inclusão: PCs que apresentassem nos títulos, resumos ou palavras-chave os descritores: "DV", "cegos", "cegueira", "baixa-visão" ou "deficiência da visão". Trabalhos publicados no formato de relatos de pesquisa, resenhas, ensaios e revisões de literatura. E o refinamento dessa busca resultou na identificação de 64 PCs que compõem a amostra final.

3.3 Procedimentos de Análise

A partir da seleção das 64 PCs, procedeu-se ao fichamento e à leitura analítica dos trabalhos. A organização dos dados seguiu a lógica da categorização temática, resultando na criação de eixos de análise. Com base nesse processo, todas as PCs foram catalogadas e distribuídas em 7 Focos Temáticos principais: Desenvolvimento das pessoas com DV; Ensino e Aprendizagem; Inclusão; Metodologia e Recurso Pedagógico; TA; Psicomotricidade; e Família e Intersetorialidade.

Para o tratamento das informações, o estudo articulou duas frentes de investigação. A sistematização estatística das frequências foi realizada para viabilizar a leitura percentual e quantitativa da produção. Simultaneamente, a análise qualitativa concentrou-se na leitura criteriosa dos resumos e textos, buscando identificar as abordagens, as tendências pedagógicas e as perspectivas sociais predominantes ao longo do período investigado.

4. Resultados e Discussão

Com o objetivo de quantificar as PCs sobre DV na RBEE de 2005 a 2025, a Tabela 1 foi criada.

Tabela 1: Comparativo de publicação de PCs e DV

Nº	Períodos	PCs - total	PCs sem DV	PCs-DV	% de DV
1º	2005 a 2009	150	138	12	8,00%
2º	2010 a 2014	198	179	19	9,60%
3º	2015 a 2019	220	204	16	7,27%
4º	2020 a 2024	243	228	15	6,17%
5º	2025	72	70	02	2,78%

Fonte: dados de pesquisa dos autores

Esta tabela oferece um panorama importante sobre a PC na RBEE e indica tendências relevantes sobre o espaço que o tema DV tem ocupado. Primeiramente, observa-se um crescimento do volume total de publicações: a RBEE apresentou uma expansão consistente, passando de 150 artigos no 1º período para 243 no 4º período, refletindo o fortalecimento do periódico e da área de EE no Brasil.

Em relação especificamente à DV, o pico de interesse ocorreu no 2º período (2010 a 2014), que se mostrou o mais expressivo tanto em números absolutos (19 publicações sobre DV) quanto em representatividade relativa (9,60% do total).

Contudo, a partir de 2015, nota-se um declínio proporcional. Mesmo com a revista publicando mais artigos no geral, a porcentagem de PCs dedicadas à DV começou a cair, passando de 7,27% no 3º período para 6,17% no 4º período. Isso sugere que, embora a área de EE esteja em expansão, a temática de DV vem perdendo espaço proporcional para outros subtemas em ascensão dentro da revista.

Um exemplo claro desse deslocamento de interesse acadêmico é o aumento expressivo das pesquisas relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). Conforme apontam Daltio, Costa e Souza (2025, p. 8), o tema evidenciou uma crescente relevância no periódico:

Observa-se um salto significativo de apenas 2 publicações sobre TEA no primeiro período (2005-2009) para 36 publicações no quarto e último período (2020-2024). [...] De 2005 a 2009, as publicações sobre TEA representavam apenas 1% do total de artigos. No período mais recente, essa proporção saltou para 15%. Esse aumento percentual demonstra que o TEA não só conquistou mais espaço em termos absolutos, mas também se tornou uma parcela significativamente maior do conteúdo total publicado pela RBEE ao longo dos anos.

Esse contraste evidencia uma mudança de foco na literatura da área, o que levanta o questionamento se há uma alteração nas prioridades de pesquisa da EE ou uma possível saturação de determinados recortes de estudo voltados à DV.

Cabe ressaltar uma observação metodológica sobre o 5º período (2025). Por apresentar apenas um ano de dados — em contraste com os blocos quinquenais anteriores —, seus números requerem cautela analítica. Considerando que um ano representa uma fração de 1/5 de um período regular (cuja expectativa seria uma média em torno de 10 artigos anuais), os 2 artigos registrados em 2025 indicam um volume momentaneamente abaixo da média histórica. Diante desse cenário de redução da visibilidade da temática, torna-se fundamental fomentar novas investigações.

Como desdobramento do cenário quantitativo recém-apresentado e para responder à indagação central desta revisão — quais são os focos temáticos que fundamentam as pesquisas sobre DV na RBEE entre 2005 e 2025 —, o levantamento bibliográfico delimitou um total de 64 PCs. A análise desses dados revela um cenário diversificado, no qual as preocupações acadêmicas transitam desde os marcos do desenvolvimento biológico até a complexidade das relações intersetoriais e tecnológicas.

Em alinhamento com as orientações de categorização do método de mapeamento de Fiorentini et al. (2016), Andreatta, Daltio e Ribeiro (2024) e Daltio, Costa e Souza (2025), as publicações foram agrupadas em 7 eixos principais. Essa organização permite não apenas quantificar a produção, mas compreender as tendências e lacunas teóricas que moldaram a área nesta revista ao longo das últimas duas décadas. A Tabela 2 apresenta o mapeamento geral desses focos temáticos, servindo como ponto de partida para as discussões detalhadas a seguir.

Tabela 2: Quantidade de PCs nos Focos Temáticos

Foco Temático	Quant. de PCs	Porcentagem
Desenvolvimento das pessoas com DV	08	12%
Ensino e Aprendizagem	14	22%
Inclusão	12	19%
Metodologia e Recurso Pedagógico	04	6%
Tecnologia Assistiva	05	8%
Psicomotricidade	12	19%
Família e Intersectorialidade	09	14%

Fonte: dados de pesquisa dos autores

Ao analisar a Tabela 2, nota-se que a pesquisa acadêmica sobre a temática está ancorada em três pilares principais: ensino, inclusão e psicomotricidade, que

juntos somam 60% do corpus analisado. Este dado é significativo para a área educacional, pois reforça as bases do desenvolvimento pedagógico. Entretanto, a presença de focos como “tecnologia assistiva” e “família e intersectorialidade” aponta para uma tendência de interdisciplinaridade. Mesmo as categorias com menor representatividade numérica possuem valor qualitativo elevado, pois oferecem o suporte técnico e metodológico necessário para que as diretrizes de inclusão, amplamente discutidas nos maiores focos, sejam efetivamente aplicadas no cotidiano escolar.

No âmbito das especificidades da DV, o foco “desenvolvimento das pessoas com DV” consolida pesquisas que investigam o percurso formativo e as potencialidades desses indivíduos. Em paralelo, a categoria “metodologia e recurso pedagógico” surge como um campo de suporte técnico essencial. É relevante notar que, na área da EE, a menor incidência de trabalhos em recursos pedagógicos não indica baixa importância, mas sim uma alta especialização dos materiais e métodos necessários. Ambos os focos, quando articulados, garantem a concretude do Atendimento Educacional Especializado (AEE), permitindo que o desenvolvimento teórico seja traduzido em práticas pedagógicas acessíveis.

A fim de caracterizar a natureza das PCs mapeadas na RBEE, os trabalhos foram categorizados e identificados nas tabelas por siglas correspondentes aos seus respectivos gêneros acadêmicos, a saber: Relato de Pesquisa (RP), que contempla investigações empíricas; Revisão de Literatura (RL), referente a estudos de síntese bibliográfica; Ensaio (E), para discussões teóricas e críticas; e Resenha (R), para análises de obras publicadas. Essa padronização permite visualizar a predominância de estudos de campo e intervenções práticas no corpus documental analisado, facilitando a compreensão da trajetória da produção acadêmica sobre a DV.

A tabela 3 desdobra o foco temático 1, "Desenvolvimento das pessoas com DV", apresentando os 08 trabalhos.

Tabela 03: Distribuição dos trabalhos no primeiro foco temático

FOCO TEMÁTICO	Nº	SUBFOCO	Nº	Autores
Desenvolvimento das pessoas com DV	08	Simbólico e brincadeira	02	Hueara; et al. (2006) [RP] Ruiz; Batista (2014) [RP]
		Intervenção precoce e a interação	01	França-Freitas; Gil (2012) [RP]
		Problemas Neurológicos	01	Silva; Batista (2011) [RP]
		Linguagem e Cognição	02	Lavarda; Bidarra (2007) [RP] Sella; Chiodelli; Mendes (2013) [RL]
		Cronobiologia	01	Squarcini; Esteves (2013) [E]
		Sexualidade	01	França (2013) [RP]

Fonte: dados de pesquisa dos autores

Conforme sistematizado na Tabela 3, este eixo central desdobra-se em 6 subfocos distintos, que evidenciam a multidimensionalidade do desenvolvimento humano nessa modalidade. A distribuição dos trabalhos revela uma concentração maior nas áreas de linguagem, cognição e nos processos de simbolização pelo brincar, demonstrando que a literatura mapeada busca compreender não apenas as limitações sensoriais, mas as potencialidades de interação e construção de sentidos do sujeito com cegueira ou baixa visão.

No âmbito do desenvolvimento infantil, Hueara et al. (2006) destacam que a atividade de faz-de-conta é um indicador vital de desenvolvimento, permitindo a identificação de habilidades que muitas vezes permanecem invisíveis em avaliações padronizadas. O brincar não deve ser visto apenas como entretenimento, mas como o espaço onde a criança com cegueira exercita o raciocínio lógico e a criação de narrativas complexas, utilizando a linguagem como ferramenta de superação da barreira visual.

Complementando essa perspectiva, Ruiz e Batista (2014) reforçam que a interação entre crianças com DV em grupos de brincadeira exige uma mediação atenta do adulto. A descrição de ações e a sugestão de enredos por parte do mediador são cruciais para que o estudante saia do isolamento e consiga negociar significados com seus pares, superando a falta de contato visual.

A importância da intervenção precoce e do suporte no ambiente é corroborada por França-Freitas e Gil (2012), que, ao compararem crianças com cegueira estimuladas e não estimuladas, concluíram que as defasagens de desenvolvimento não decorrem da cegueira em si, mas da carência de informações

e estímulos adequados. Crianças que recebem AEE constante apresentam desempenhos globais semelhantes aos de videntes. Essa premissa de potencialidade se estende a casos de alterações complexas, como discutido por Silva e Batista (2011), onde afirmam que crianças com DV associada a problemas neurológicos, a mediação semiótica e o foco nas capacidades (em detrimento das incapacidades) permitem a apropriação de práticas sociais e o desenvolvimento de ações dotadas de sentido, demonstrando que o progresso ocorre de forma não linear e contínua.

Sobre a linguagem e a cognição as autoras Sella, Chiodelli e Mendes (2013) explicam que a cegueira impõe um caminho diferenciado para a aquisição da linguagem, no qual o tato e a audição tornam-se os eixos centrais de significação. A fala do adulto funciona como uma "ponte" que substitui a visão e dá sentido ao ambiente. Todavia, essa mediação linguística deve ser precisa. Lavarda e Bidarra (2007) alertam para o papel da dêixis na sala de aula: o uso de termos vagos como "ali" ou "isto", sem a devida descrição oral, atua como um "complicador" que exclui o estudante do contexto cognitivo. A autoconsciência linguística do professor é, portanto, um facilitador indispensável para garantir o acesso real ao conhecimento.

A inclusão plena exige a compreensão de dimensões biológicas e subjetivas do desenvolvimento, e assim, sob a ótica da cronobiologia, Squarcini e Esteves (2013) descrevem como a ausência de percepção de luz desregula o ritmo circadiano de pessoas totalmente cegas, podendo causar sonolência excessiva durante o dia. Ignorar esse fator biológico pode levar a diagnósticos equivocados de desinteresse escolar, evidenciando a necessidade de flexibilidade nas normas institucionais.

A análise dos estudos agrupados sob o foco temático do "Desenvolvimento das pessoas com DV" evidencia que o progresso cognitivo, social e linguístico é uma construção dependente da qualidade da estimulação ambiental e da mediação pedagógica. Que o desenvolvimento da pessoa com DV é um processo dinâmico e possível. O sucesso dessa trajetória depende de uma mudança de paradigma: do foco na deficiência para o investimento na mediação linguística, na estimulação precoce e no respeito às singularidades biológicas e sociais de cada indivíduo.

Sob o foco temático de Ensino e Aprendizagem, foram analisadas 14 PCs.

Tabela 4: Distribuição das PCs no segundo foco temático

Foco Temático	Nº	Subfoco	Nº	Autores
Ensino e Aprendizagem	14	Matemática	01	Rendón; Uclés, Cañadas (2022) [RP]
		Ciências da Natureza	06	Rocha; Silva (2016) [RP] Ferreira; Dickman (2015) [RP] Camargo; Nardi (2006) [RP] Camargo; Nardi (2008) [RP] Fiorini (2009) [R] Grandi; Gomes (2017) [RP]
		Educação Física	01	Costa; Munster (2017) [RP]
		Educação Musical	01	Oliveira; Reily (2014) [RP]
		Formação Docente	02	Ferreira; Almeida (2022) [RP] Ferreira; Almeida (2023) [RP]
		Informática	02	Ferreira; Almeida (2022) [RP] Ferreira; Almeida (2023) [RP]
		Ensino por Tutoria	01	Fernandes; Costa (2015) [RP]
		Trabalho Colaborativo	02	Voos; Gonçalves (2019) [RP] Figueiredo; Kato (2015) [RL]

Fonte: dados de pesquisa dos autores

Observa-se neste foco temático uma concentração expressiva de estudos voltados ao ensino de ciências da natureza, evidenciando uma preocupação acadêmica consolidada com a acessibilidade de conceitos científicos e experimentais para estudantes com DV. Os demais trabalhos distribuem-se entre áreas específicas, além de abordagens metodológicas e estruturais. Destaca-se, ainda, a produção recente na área de formação docente e informática, sinalizando a importância das TAs e da preparação do professor para a mediação pedagógica para estudantes com DV em ambientes digitais e inclusivos.

No campo da Matemática, a pesquisa de Rendón, Uclés e Cañadas (2022) destaca que o talento matemático não é impedido pela cegueira, mas exige uma via de acesso diferenciada. Os autores enfatizam a importância da memória visual e do uso de materiais manipulativos 3D para compensar a abstração necessária em tarefas de generalização e visualização espacial.

Essa necessidade de materialização estende-se ao ensino de Ciências da Natureza. Rocha e Silva (2016), ao discutirem o aprendizado de genética, argumenta que a didática visual acrítica prejudica a apreensão de conceitos que são, por definição, não visuais, ou seja, a dificuldade não reside na cegueira do estudante, mas na "cegueira" da didática que não concebe o conhecimento fora do espectro visual. Diante disso, os autores alertam que o papel da linguagem e da

descrição tátil deve ser reavaliado para além da mera tradução de gráficos para relevo.

A Física aparece como um campo de intensa investigação. Camargo e Nardi (2006, 2008) analisam como a linguagem docente pode atuar como um "complicador" ou "facilitador". No ensino de óptica e termologia, o uso de termos dêiticos vagos acompanhados de gestos exclui o estudante com cegueira do contexto cognitivo. Como alternativa, propõem a utilização de linguagens táteis-auditivas interdependentes e maquetes que sobreponham registros em relevo e visuais, garantindo a participação de todos os estudantes. Ainda os autores enfatizam a importância de levar em conta a subjetividade e a história de vida do estudante, que é reforçada por Ferreira e Dickman (2015), que utilizam a História Oral para dar voz a estudantes cujas trajetórias escolares foram marcadas pelo despreparo docente e pela inacessibilidade em avaliações de exatas. Fiorini (2009), em sua resenha referente ao livro "ensino de física e deficiência visual" do autor Camargo publicado no ano de 2008, sobre dez anos de investigações na área, corrobora que a desmistificação da incapacidade de aprendizagem é o primeiro passo para uma didática multissensorial eficaz.

A inclusão não se limita ao espaço escolar formal. Grandi e Gomes (2017) demonstram que em museus de ciências, o sucesso da experiência depende mais da qualidade da comunicação e da permissão para o toque do que de modificações complexas nos acervos. No entanto, em disciplinas práticas como a Educação Física, Costa e Munster (2017) revelam um cenário de escassez de adaptações curriculares, onde o "habitus" profissional dos docentes e avaliações excludentes ainda constituem barreiras para o pleno desenvolvimento do estudante com DV.

Para sustentar essas mudanças, a infraestrutura e o suporte humano são indispensáveis. Ferreira e Almeida (2022, 2023) alertam para as lacunas na formação docente em informática acessível, evidenciando que muitas salas de recursos multifuncionais possuem equipamentos parados por falta de capacitação técnica. Como estratégia de apoio, Fernandes e Costa (2015) apresentam a tutoria de pares como uma alternativa promissora e de baixo custo, especialmente quando

o tutor é colega de classe do tutorado, favorecendo tanto o desempenho acadêmico quanto a socialização no ensino técnico e superior.

O mapeamento das PCs na RBEE sobre a temática de “ensino e aprendizagem” discute desde a detecção de talentos em áreas exatas até a necessidade de formação docente continuada e suporte interpessoal, revelando nas PCs uma trajetória de transição do modelo clínico para uma perspectiva pedagógica focada na acessibilidade e no potencial de aprendizagem.

O 3º foco temático, denominado "Inclusão", reúne 12 PCs articuladas em 6 subfocos conforme tabela 5.

Tabela 5: Distribuição das PCs no terceiro foco temático

FOCO TEMÁTICO	Nº	SUBFOCO	Nº	Autores
Inclusão	12	Raízes Históricas da EE	02	Leão; Sofiato (2019) [RL] Neres; Corrêa (2018) [RP]
		Trajétórias de Vida e Permanência Escolar	02	Darub; Kohls-Santos (2025) [RP] Vilaronga; Caiado (2013) [RP]
		Ensino Superior	02	Silva; Pimentel (2022) [RP] Bonfim; Mól; Pinheiro (2021) [RP]
		Práticas Pedagógicas e Suporte Especializado	03	Ferroni; Gasparetto (2012) [RP] Rocha; Almeida (2008) [RP] Triñanes; Arruda (2014) [RP]
		Diversidade e Interseccionalidade	02	Sá; Bruno (2012) [RP] Pieczkowski; Gavenda (2021) [RP]
		Mercado de Trabalho	01	Santana; Costa; Oliveira (2022) [RL]

Fonte: dados de pesquisa dos autores

A análise revela um campo de pesquisa preocupado com as raízes históricas da EE e com a compreensão das trajetórias de vida e permanência escolar, fundamentais para entender os processos de exclusão e acolhimento. As pesquisas também se voltam com vigor para o ensino superior e para as práticas pedagógicas e suporte especializado, este último sendo o subfoco com maior número de ocorrências, o que reforça a necessidade de estratégias didáticas específicas no cotidiano inclusivo. Por fim, o eixo é complementado por discussões emergentes sobre diversidade e interseccionalidade e pela análise da inserção no mercado de trabalho, evidenciando que a inclusão é compreendida como um processo contínuo que ultrapassa os muros da escola básica.

Sobre as raízes históricas da EE e as PCs - A gênese da educação para cegos no Brasil remete ao século XIX com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854. Conforme Leão e Sofiato (2019), essa instituição

estabeleceu os alicerces da área no país, equilibrando-se entre uma proposta intelectual inovadora, influenciada pelo modelo francês, e um caráter asilar/assistencialista que restringia a autonomia dos sujeitos. Esse legado histórico reflete-se na PCs atual.

Neres e Corrêa (2018) observam um crescimento significativo de publicações nas últimas duas décadas, impulsionado por políticas de inclusão e pela expansão da pós-graduação. Entretanto, a produção ainda se concentra na Região Sudeste, evidenciando uma desigualdade na distribuição do conhecimento acadêmico.

Nos subfocos trajetórias de vida e permanência escolar - Os processos de escolarização são marcados por barreiras que desafiam a permanência estudantil. Darub e Kohls-Santos (2025) e Vilaronga e Caiado (2013) utilizam o método de histórias de vida para evidenciar que o sucesso acadêmico muitas vezes depende mais do suporte familiar e do capital cultural do que de políticas públicas estruturadas. Relatos mostram que, na transição das décadas de 1980 e 1990, a escola regular ainda operava sob um discurso filantrópico, onde a acessibilidade era vista como um "favor" e o estudante frequentemente vivenciava a invisibilidade na sala comum, dependendo de estratégias improvisadas para acessar o conteúdo da lousa.

No subfoco desafios no ensino superior e nas ciências exatas - no ensino superior, as dificuldades se intensificam. Silva e Pimentel (2022) destacam que o ingresso tardio de pessoas com DV é agravado por barreiras arquitetônicas e atitudinais na universidade. O fenômeno do capacitismo é um dos maiores entraves, especialmente em cursos de Ciências Exatas e Naturais (CEN).

No subfoco práticas pedagógicas e suporte especializado - A eficácia da inclusão depende da reorganização das práticas docentes e do uso de TAs. Ferroni e Gasparetto (2012) e Rocha e Almeida (2008) discutem a importância do AEE e do ensino itinerante. Contudo, as pesquisas revelam lacunas: o professor itinerante muitas vezes atua de forma isolada, e recursos de TA são subutilizados por questões psicossociais e falta de formação docente.

No subfoco diversidade e interseccionalidade - O mapeamento também alcança grupos em situação de maior vulnerabilidade. Sá e Bruno (2012) denunciam a múltipla negação de direitos entre crianças indígenas Guarani e Kaiowá, onde a pobreza e o desconhecimento sobre o direito à educação resultam em altos índices de exclusão escolar. No âmbito de gênero, Pieczkowski e Gavenda (2021) analisam as narrativas de mulheres com DV, revelando como a lógica neoliberal e estruturas patriarcais promovem a infantilização e a superproteção, restringindo a mobilidade e a subjetividade feminina.

Em suma, o mapeamento da produção científica na temática 'Inclusão' revelou a existência de 12 subfocos, os quais evidenciam uma trajetória complexa que se estende desde as raízes históricas no Brasil Império até os desafios contemporâneos de inclusão em múltiplos contextos sociais. A análise dessas pesquisas bibliográficas e relatos de experiência permite compreender as diversas dimensões que configuram o percurso de vida e a escolarização desse público, consolidando a percepção de que a inclusão plena exige a superação de barreiras históricas em prol de práticas pedagógicas e sociais efetivamente equitativas.

A Tabela 06 apresenta a distribuição das PCs categorizadas sob o foco temático "metodologia e recursos pedagógicos".

Tabela 06: Distribuição das PCs no quarto foco temático

FOCO TEMÁTICO	Nº	SUBFOCO	Nº	Autores
Metodologia e Recursos Pedagógicos	04	Ludicidade	01	Manzini (2005) R
		Design	01	Cordeiro; et al. (2025) RL
		Texturas Táteis	01	Silva; Valenzuela; Quiroz (2023) RP
		Materiais Acessíveis para Matemática	01	Minholi; Rocha (2024) RL

Fonte: dados de pesquisa dos autores

Este grupo destaca-se pela pluralidade de estratégias didáticas voltadas à inclusão, subdividindo-se em quatro áreas principais: ludicidade, design, texturas táteis e materiais acessíveis para a matemática. Cada subfoco contou com uma publicação correspondente, evidenciando um campo de pesquisa em expansão, conforme demonstrado pelos autores e datas de publicação listados.

No âmbito da Educação Infantil e dos anos iniciais, a ludicidade emerge como pilar fundamental. Conforme Manzini (2005), ao resenhar a obra de Siaulys,

brinquedos e jogos construídos com intencionalidade pedagógica atuam como manuais de descoberta, permitindo que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma simples e acessível.

Essa base lúdica prepara o terreno para o desenvolvimento de habilidades mais complexas, como o letramento. Cordeiro et al. (2025) reforçam que o design editorial inclusivo deve priorizar a organização do conteúdo e a tipografia (fontes ampliadas) para garantir legibilidade. O estudo destaca, ainda, o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação e da multissensorialidade como ferramentas de compensação social, permitindo que o estudante não seja apenas um "ouvinte" na sala de aula, mas um agente ativo.

À medida que os conteúdos se tornam mais abstratos, como nas ciências e na matemática, a precisão técnica do recurso pedagógico torna-se crucial. Silva, Valenzuela e Quiroz (2023) estabelecem uma semiologia da textura tátil, tipificando formas e padrões de repetição que podem ser produzidos digitalmente via impressão 3D. Os autores identificam que propriedades como forma, altura e densidade são essenciais para que o toque reconheça estados físicos e informações geográficas, tornando o material didático uma unidade de sentido reconhecível pela mão.

Essa necessidade de materialização é confirmada na área da matemática. Minholi e Rocha (2024), por meio de uma revisão sistemática, apontam que embora existam recursos consolidados como o multiplano para álgebra e geometria, e o soroban para cálculos numéricos, ainda há um déficit crítico de materiais para a Educação Infantil e para temas de alta abstração, como equações. A pesquisa evidencia que a barreira para a inclusão não reside apenas na ausência de material, mas na carência de formação docente: apenas 5,8% dos professores brasileiros que atuam com esse público possuem formação continuada adequada (Minholi; Rocha, 2024).

Dando continuidade à análise das categorias, o foco em "tecnologia assistiva" apresenta 5 PCs que exploram diferentes dimensões da acessibilidade digital e física.

Tabela 07: Distribuição das PCs no quinto foco temático

FOCO TEMÁTICO	Nº	SUBFOCO	Nº	Autores
Tecnologia Assistiva	05	Recursos Ópticos	01	Bidarra; Boscarioli; Peres (2011) [RP]
		Dispositivos Eletrônicos Móveis	02	Borges; Mendes (2021) [RP] Borges; Mendes (2018) [RP]
		Jogo Educacional Digital	01	Oliveira; et al. (2021) [RP]
		Enem Acessível	01	Leria; et al. (2018) [RP]

Fonte: dados de pesquisa dos autores

Este bloco destaca-se por abranger desde recursos específicos, como os ópticos, até ferramentas contemporâneas de suporte pedagógico, como os jogos educativos e o uso de dispositivos móveis no contexto da EE.

Sobre o subfoco recursos ópticos e informática educativa - A base da inclusão digital para estudantes com baixa visão repousa na capacidade de ampliação e ajuste de contraste. Bidarra, Boscarioli e Peres (2011) apresentam o software xLupa como uma ferramenta estratégica para minimizar a fadiga visual, permitindo customizações de cursor e cores. O estudo reforça que a baixa visão é, muitas vezes, "invisível" no contexto escolar, e a mediação por software não apenas facilita a leitura, mas combate a evasão escolar ao promover o "fascinante" momento em que o estudante enxerga o que antes era inacessível (Bidarra; Boscarioli; Peres, 2011).

Os jogos educacionais digitais e desenho universal - A ludicidade aliada à acessibilidade é explorada por Oliveira et al. (2021) no desenvolvimento do protótipo "Expedição Antártica". O estudo evidencia que o design colaborativo é essencial para evitar o sentimento de "perda" do jogador com DV. Pontos críticos como a necessidade de audiodescrição pedagógica e feedbacks sonoros claros demonstram que o sucesso de um recurso digital depende de um design sonoro eficiente, permitindo que estudantes com e sem deficiência participem de processos de ensino-aprendizagem de forma isonômica (Oliveira et al., 2021).

As PCs analisadas demonstram uma transição de recursos puramente ópticos e analógicos para soluções digitais e móveis, fundamentadas nos princípios do desenho universal e na compreensão da biologia ocular para a otimização do resíduo visual. Em suma, o conjunto de pesquisas indica que a TA para pessoas com DV evoluiu para um modelo de multimodalidade. Enquanto softwares

específicos como o “xLupa” suprem demandas pedagógicas em sala de aula, os dispositivos móveis e aplicativos acessíveis democratizam o acesso à informação no cotidiano. O desafio remanescente, conforme apontado de forma transversal pelos autores, reside na formação de professores e na implementação de políticas públicas que transformem o potencial dessas tecnologias em práticas inclusivas permanentes.

O foco temático “psicomotricidade” agrupa 12 trabalhos que exploram a relação entre o movimento e o desenvolvimento cognitivo.

Tabela 8: Distribuição das PCs no sexto foco temático

FOCO TEMÁTICO	Nº	SUBFOCO	Nº	Autores
Psicomotricidade	12	Desenvolvimento e Habilidades Motoras na Infância	03	Santos; et al. (2020) [RP] Schmitt; Pereira (2014) [RP] Schmitt; Pereira (2016) [RP]
		Atividades de Locomoção e Orientação Espacial	03	Santos; Passos; Rezende (2007) [RP] Gerente; Pascoal; Pereira (2008) [RP] Orbolato; Manzini (2020) [RP]
		Atividades Físicas e Esporte Adaptado	02	Morgado; et al. (2013) [RP] Levandoski (2015) [R]
		Percepção e Imagem Corporal	03	Torres; Costa; Lourenço (2016) [RL] Morgado; Ferreira (2010) [RP] Morgado; Ferreira (2011) [RP]
		Competências Motoras	01	Rabello; Motti; Gasparetto (2007) [RP]

Fonte: dados de pesquisa dos autores

A distribuição entre os 5 subfocos mostra uma atenção especial às “Atividades de Locomoção e Orientação Espacial” e às “Habilidades Motoras na Infância”, ambas com 3 PCs cada. O mapeamento dessas PCs demonstra que a prática psicomotora é um pilar essencial na literatura científica para garantir a efetividade das estratégias de inclusão no contexto da EE.

Sobre o desenvolvimento motor e habilidades na infância - O desenvolvimento psicomotor na infância é o alicerce para a autonomia futura. Santos et al. (2020) ressaltam a necessidade de instrumentos precisos para este diagnóstico, como a Escala de Desenvolvimento Motor (EDM), adaptada com recursos de alto contraste e estímulos auditivos para crianças com baixa visão. A precisão desse diagnóstico é vital para diferenciar atrasos orgânicos de meras faltas de estímulo ambiental.

Sobre as atividades de locomoção e orientação espacial - A locomoção sobre obstáculos exige um complexo sistema de controle visual que, no caso de indivíduos com DV, deve ser substituído pelo controle visual contínuo e pelo

enriquecimento proprioceptivo (Santos; Passos; Rezende, 2007). O treinamento sistemático reduz a elevação desnecessária dos membros e aumenta a segurança no planejamento espacial.

No entanto, a localização espacial pura depende drasticamente da audição. Gerente, Pascoal e Pereira (2008) evidenciam que cegos congênitos, apesar de refinarem a audição, apresentam maior erro de localização sonora e tendem ao movimento "em bloco" do tronco e cabeça, o que reforça a urgência de orientações ergonômicas e posturais em programas de reabilitação.

Sobre a percepção e imagem corporal - A estruturação da imagem corporal no cego é essencialmente tátil e auditiva. Torres, Costa e Lourenço (2016) discutem dispositivos de substituição sensorial que convertem imagens em sons ou estímulos táteis, promovendo o automatismo e a independência espacial. Contudo, para a avaliação da autoimagem e satisfação corporal, a linguagem tridimensional mostrou-se superior.

Morgado e Ferreira (2010, 2011) demonstram que silhuetas bidimensionais em relevo exigem alta abstração e são frequentemente mal interpretadas, enquanto modelos tridimensionais em gesso permitem a pessoa com cegueira identificar formas humanas e variações de peso com autonomia, mimetizando a anatomia real percebida pelo tato ativo.

No que tange ao suporte para além dos muros escolares, o foco "família e a intersetorialidade" apresenta um panorama diversificado com nove PCs. O mapeamento revela que a literatura acadêmica tem priorizado a compreensão das relações familiares e a integração com serviços de saúde e reabilitação.

Tabela 9: Distribuição das PCs no 7º foco temático

FOCO TEMÁTICO	Nº	SUBFOCO	Nº	Autores
Família e a Intersectorialidade	09	Negligência Familiar	01	Saccol; Vianna; Pavão (2021) [RP]
		Interação mãe-criança	04	Oliveira; Marques (2005) [RP] Cunha; Enumo; Canal (2006) [RP] Medeiros; Salomão (2012) [RP] Medeiros; Salomão (2015) [RP]
		Terapia Ocupacional	01	Gebrael; Martinez (2011) [RP]
		Fonoaudiologia	01	Monteiro; Montilha; Gasparetto (2011) [RP]
		Saúde Bucal	01	Silveira (2015) [RP]
		TA e Fortalecimento Parental	01	Roscoche; et al. (2024) [RP]

Fonte: dados de pesquisa dos autores

A organização em 6 categorias distintas permite visualizar como a intersectorialidade contribui para a concretude de uma rede de proteção e desenvolvimento em prol da pessoa com deficiência.

Negligência familiar e o direito à aprendizagem - A base de qualquer processo educativo reside na garantia dos direitos fundamentais. Contudo, a negligência familiar surge como uma barreira extrínseca severa. Saccol, Vianna e Pavão (2021) evidenciam que a supressão de necessidades básicas — como higiene, alimentação e sono — paralisa o desenvolvimento pedagógico e emocional de estudantes com DV. O estudo ressalta que a desmotivação escolar e a destruição de materiais adaptados no ambiente doméstico são reflexos do abandono. Nesses casos, a intersectorialidade manifesta-se na ação da escola como agente de proteção, acionando o conselho tutelar e o ministério público, transformando intervenções judiciais em ferramentas de resgate da prontidão para o aprendizado.

Dinâmicas de interação mãe-criança e mediação cognitiva - A interação primária é o primeiro motor do desenvolvimento linguístico e cognitivo. Oliveira e Marques (2005) demonstram que a linguagem de crianças com DV não é intrinsecamente deficitária, mas adaptativa; o meio verbal torna-se a ferramenta de compensação social, enquanto a ação motora substitui a percepção visual global. Todavia, o desequilíbrio na interação, marcado por um alto índice de diretividade materna, pode reduzir a iniciativa espontânea da criança.

Complementarmente, as concepções maternas moldam as práticas de cuidado. Medeiros e Salomão (2012) apontam que o diagnóstico é frequentemente recebido como um luto, e a aceitação é um processo dinâmico. Quando as mães recebem suporte especializado precocemente, tendem a desenvolver expectativas positivas, o que é crucial, pois a interação social é o motor da linguagem (Medeiros; Salomão, 2015). A mudança na postura física da mãe, como o contato tátil e o direcionamento atencional, impulsiona saltos qualitativos na comunicação infantil.

A Intersectorialidade na Prática: Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia e Saúde - A atuação interdisciplinar é essencial para a autonomia nas Atividades de Vida Diária (AVD). Gebrael e Martinez (2011) demonstram que a consultoria

colaborativa entre terapeutas ocupacionais e professores reduz a superproteção e capacita o docente a otimizar o resíduo visual do estudante.

No campo da saúde preventiva, Silveira et al. (2015) destacam que a higiene bucal é um desafio de autocuidado que exige métodos adaptados, como macromodelos táteis e áudios instrutivos. A integração entre odontólogos e famílias é indispensável para transformar o tato em uma ferramenta de diagnóstico da saúde oral.

Em conclusão, a temática “família e a intersetorialidade” no contexto da DV revela um panorama complexo, no qual a inclusão ultrapassa os muros da escola e exige uma articulação orgânica entre saúde, assistência social e o núcleo familiar. As 9 pesquisas analisadas indicam que o sucesso do desenvolvimento do estudante depende, fundamentalmente, de uma rede de apoio funcional e dialógica. Portanto, evidencia-se que o fortalecimento dos vínculos familiares, somado à atuação de profissionais capacitados e ao acesso a TA, constitui o alicerce necessário para garantir que os direitos e a dignidade desses sujeitos sejam plenamente efetivados em todas as instâncias da vida social.

A fim de caracterizar a natureza metodológica das PCs mapeadas na RBEE, os trabalhos foram categorizados por seus respectivos gêneros acadêmicos. A distribuição quantitativa e percentual dessas categorias está detalhada na Quadro 2.

Quadro 2: Distribuição das PCs por Gênero Acadêmico

Gênero Acadêmico	Sigla	Quant. de PCs	Porcentagem
Relato de Pesquisa	RP	53	83%
Revisão de Literatura	RL	07	11%
Resenha	R	03	4%
Ensaio	E	01	2%

Fonte: dados de pesquisa dos autores.

Os dados revelam uma forte predominância de RP, que representam 83% do total. Esse índice indica que a PC sobre DV analisada na RBEE é, em sua grande maioria, de natureza empírica. Por outro lado, os E e as R aparecem como categorias minoritárias. Essa configuração sugere que a temática da DV na revista se constitui como um campo consolidado, focado primordialmente em investigações de campo, coleta de dados primários e intervenções diretas na prática educacional.

5. Considerações Finais

O presente mapeamento permitiu traçar um panorama longitudinal e qualitativo das PCs sobre a DV publicadas na RBEE entre 2005 e 2025. A análise das 64 produções evidencia a maturidade e a diversidade de um campo que transitou, progressivamente, de uma visão clínico-biológica para uma perspectiva social e pedagógica fundamentada na potencialidade do sujeito. O conhecimento produzido demonstrou não ser estático, mas sim uma construção dinâmica fortemente dependente da qualidade da mediação e da acessibilidade.

A partir da categorização temática, os achados da literatura mapeada sugerem fortemente as seguintes tendências e constatações teóricas:

1) Desenvolvimento e Ensino: Os estudos indicam que a cegueira não se configura como um impedimento cognitivo. O sucesso acadêmico e biológico (como a regulação circadiana, o desenvolvimento da linguagem e a abstração matemática) reside na precisão da descrição verbal e na materialização do conhecimento por meio de recursos táteis e tridimensionais. Ou seja, a limitação para a aprendizagem não decorre da característica física da falta de visão, mas sim do ambiente — a escassez de materiais adaptados e a dependência de uma didática exclusivamente visual.

2) Domínio do Corpo no Espaço: A psicomotricidade revelou-se um alicerce da autonomia. O movimento consciente e treinado transforma a percepção do mundo do indivíduo com DV, convertendo a privação sensorial em competência exploratória de seu entorno.

3) Evolução Tecnológica e Desenho Universal: Observou-se uma transição vital do uso restrito de recursos ópticos analógicos para a adoção da multimodalidade proporcionada pelos dispositivos móveis e digitais. A TA evoluiu de um mero suporte complementar para atuar como o motor central da autonomia em avaliações de alta complexidade (como o ENEM) e no letramento.

Apesar desses avanços pedagógicos, o mapeamento sinaliza "nós" críticos que demandam a atenção das políticas públicas e da academia. Identificou-se uma severa fragilidade na formação docente, evidenciando que a maior barreira para a

inclusão na sala de aula comum não é apenas a falta de recursos, mas a carência de capacitação continuada para o uso dessas ferramentas. Além disso, nota-se uma invisibilidade no Ensino Superior e no Mercado de Trabalho, áreas com PC incipiente, o que denuncia um capacitismo estrutural que limita a trajetória do sujeito após a educação básica. Por fim, a intersetorialidade apresenta-se como uma urgência; a inclusão escolar mostra-se ineficaz quando isolada, exigindo uma atuação orgânica entre Saúde, Assistência Social e a escola para combater vulnerabilidades sociais e fortalecer o apoio familiar.

Cabe ressaltar, sob o ponto de vista metodológico, uma limitação deste estudo: os resultados aqui delineados refletem o escopo e a linha editorial específica da RBEE. Embora este seja um dos periódicos da área no Brasil, as conclusões não devem ser generalizadas para a totalidade da PC nacional. A predominância expressiva de pesquisas empíricas nesta revista (83% de RP) aponta para um campo voltado à intervenção prática, porém alerta para a necessidade de um maior aprofundamento teórico. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem esta base de dados metodológica, englobando outros periódicos e repositórios (como a SciELO e o Banco de Teses da CAPES), a fim de verificar se o declínio nas publicações sobre DV também se manifesta em outros espaços acadêmicos.

Este trabalho espera servir de base estrutural para que novos pesquisadores identifiquem os territórios do conhecimento ainda pouco explorados — a exemplo da interseccionalidade de gênero, raça e deficiência — e continuem a fortalecer a Educação Especial. Reafirma-se, assim, que a DV é uma manifestação da diversidade humana, e que as reais limitações não residem na deficiência em si, mas nas barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas que ainda precisam ser superadas.

Referências

ANDREATTA, C.; DALTI, M. R. T.; RIBEIRO, S. dos S. Mapeamento das pesquisas produzidas no curso de Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior de Linhares – FACELI/ES. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [s. l.], v.

09, 2024.

BIDARRA, J.; BOSCARIOLI, C.; PERES, S. M. Software xLupa – um ampliador de tela para auxílio na educação de alunos com baixa visão. **RBEE**, Marília, v. 17, n. 1, p. 151-172, jan./abr. 2011.

BONFIM, C. S.; MÓL, G. de S.; PINHEIRO, B. C. S. A (In)Visibilidade de pessoas com deficiência visual nas ciências exatas e naturais: percepções e perspectivas. **RBEE**, Bauru, v. 27, e0220, p. 589-604, 2021.

BORGES, W. F.; MENDES, E. G. Usabilidade de aplicativos de tecnologia assistiva por pessoas com baixa visão. **RBEE**, Marília, v. 24, n. 4, p. 483-500, out./dez. 2018.

BORGES, W. F.; MENDES, E. G. Recursos de acessibilidade e o uso dos dispositivos móveis como tecnologia assistiva por pessoas com baixa visão. **RBEE**, Bauru, v. 27, e0036, p. 813-828, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Glossário da Educação Especial e dos Transtornos que Impactam o Desenvolvimento da Aprendizagem – **Censo Escolar 2025**. Brasília, DF: Inep, 2025a.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, [2025b]. Disponível em: [link do site do Planalto ou Diário Oficial]. Acesso em: 28 abr. 2026.

CAMARGO, E. P. de; NARDI, R. Ensino de conceitos físicos de terminologia para alunos com deficiência visual: dificuldades e alternativas encontradas por licenciandos para o planejamento de atividades. **RBEE**, Marília, v. 12, n. 2, p. 149-168, maio/ago. 2006.

CAMARGO, E. P. de; NARDI, R. O emprego de linguagens acessíveis para alunos com deficiência visual em aulas de óptica. **RBEE**, Marília, v. 14, n. 3, p. 405-426, set./dez. 2008.

CORDEIRO, L. S.; et al. Design, educação e inclusão: materiais didáticos inclusivos para alfabetização e letramento de pessoas com deficiência visual. **RBEE**, Corumbá, v. 31, e0160, p. 1-18, 2025.

COSTA, C. de M.; MUNSTER, M. de A. V. Adaptações curriculares nas aulas de educação física envolvendo estudantes com deficiência visual. **RBEE**, Marília, v.

23, n. 3, p. 361-376, jul./set. 2017.

CUNHA, A. C. B. da; ENUMO, S. R. F.; CANAL, C. P. P. Operacionalização de escala para análise de padrão de mediação materna: um estudo com díades mãe-criança com deficiência visual. **RBEE**, Marília, v. 12, n. 3, p. 393-412, set./dez. 2006.

DALTIO, M. R. T.; COSTA, A. T. da; SOUZA, A. C. de. Mapeamento das pesquisas científicas na área do TEA publicadas na Revista Brasileira de Educação Especial no período de 2005 a 2024. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [s. l.], v. 14, 2025.

DARUB, A. K. G. dos S.; KOHLS-SANTOS, P. História de vida e trajetória de inclusão de um estudante cego que desafiou o ensino comum no estado do Acre. **RBEE**, Dourados, v. 31, e0211, p. 1-14, 2025.

FERNANDES, W. L.; COSTA, C. S. L. da. Possibilidades da tutoria de pares para estudantes com deficiência visual no ensino técnico e superior. **RBEE**, Marília, v. 21, n. 1, p. 39-56, jan./mar. 2015.

FERREIRA, A. C.; DICKMAN, A. G. História Oral: um método para investigar o ensino de física para estudantes cegos. **RBEE**, Marília, v. 21, n. 2, p. 245-258, abr./jun. 2015.

FERREIRA, N. C. S.; ALMEIDA, M. A. Programa de formação em informática para professores no atendimento de alunos com deficiência visual. **RBEE**, Corumbá, v. 28, e0102, p. 243-262, 2022.

FERREIRA, N. C. S.; ALMEIDA, M. A. Programa de formação em informática para professores no atendimento de alunos com deficiência visual. **RBEE**, Corumbá, v. 29, e0102, p. 23-42, 2023.

FERRONI, M. C. C.; GASPARETTO, M. E. R. F. Escolares com baixa visão: percepção sobre as dificuldades visuais, opinião sobre as relações com comunidade escolar e o uso de recursos de tecnologia assistiva nas atividades cotidianas. **RBEE**, Marília, v. 18, n. 2, p. 301-318, abr./jun. 2012.

FIGUEIREDO, R. M. É. de; KATO, O. M. Estudos nacionais sobre o ensino para cegos: uma revisão bibliográfica. **RBEE**, Marília, v. 21, n. 4, p. 477-488, out./dez. 2015.

FIORENTINI, D. *et al.* O professor que ensina matemática como campo de estudo: concepção do projeto de pesquisa. In: FIORENTINI, Dario; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni; LIMA, Rosana Catarina Rodrigues de (org.). **Mapeamento da pesquisa acadêmica brasileira sobre o professor que ensina matemática**: período 2001 - 2012. Campinas: FE/UNICAMP, 2016. p. 16 a 41.

FIORINI, M. L. S. Ensino de física e deficiência visual [Resenha de: CAMARGO, E. P. Ensino de Física e deficiência visual: dez anos de investigações no Brasil. São Paulo: Plêiade, 2008]. **RBEE**, Marília, v. 15, n. 1, p. 173-174, jan./abr. 2009.

FIORINI, M. L. S.; ROLIM, C. L. A.; LOCKMANN, K. Revista Brasileira de Educação Especial: 30 anos de história. **RBEE**, Bauru, v. 29, e0220, p. 181-194, 2023.

FRANÇA, D. N. O. Sexualidade da pessoa com cegueira: da percepção à expressão. **RBEE**, Marília, v. 19, n. 4, p. 583-596, out./dez. 2013.

FRANÇA-FREITAS, M. L. P. de; GIL, M. S. C. de A. O desenvolvimento de crianças cegas e de crianças videntes. **RBEE**, Marília, v. 18, n. 3, p. 507-526, jul./set. 2012.

GEBRAEL, T. L. R.; MARTINEZ, C. M. S. Consultoria colaborativa em Terapia Ocupacional para professores de crianças pré-escolares com baixa visão. **RBEE**, Marília, v. 17, n. 1, p. 101-120, jan./abr. 2011.

GERENTE, J. G. da S.; PASCOAL, A. G.; PEREIRA, M. L. M. Localização especial de estímulos sonoros em indivíduos cegos congênitos: estudo comparativo da posição tridimensional da cabeça em adultos cegos congênitos e indivíduos videntes. **RBEE**, Marília, v. 14, n. 1, p. 111-120, 2008.

GRANDI, S. C.; GOMES, L. C. Experiência de visitantes com deficiência visual na sala de física do museu de ciências da universidade estadual de Maringá. **RBEE**, Marília, v. 23, n. 3, p. 423-438, jul./set. 2017.

HUEARA, L. et al. O faz-de-conta em crianças com deficiência visual: identificando habilidades. **RBEE**, Marília, v. 12, n. 3, p. 351-368, set./dez. 2006.

LAVARDA, S. T. F.; BIDARRA, J. A dêixis como um “complicador/facilitador” no contexto cognitivo e lingüístico em ambiente educacional face aos alunos com deficiência visual. **RBEE**, Marília, v. 13, n. 3, p. 309-324, set./dez. 2007.

LEÃO, G. B. de O. e S.; SOFIATO, C. G. A educação de cegos no Brasil do século XIX: Revisitando a história. **RBEE**, Bauru, v. 25, n. 2, p. 283-300, abr./jun. 2019.

LEVANDOSKI, G. Futebol para Deficientes Visuais: Football 5-A-SIDE [Resenha]. **RBEE**, Marília, v. 21, n. 1, p. 177-178, jan./mar. 2015.

LERIA, L. de A. et al. ENEM Acessível: autonomia para a pessoa com deficiência visual total no exame nacional do Ensino Médio. **RBEE**, Marília, v. 24, n. 1, p. 103-120, jan./mar. 2018.

MANZINI, E. J. Recursos pedagógicos, brinquedos e jogos para crianças com deficiência visual [Resenha de: SIAULYS, Mara de O. Campos. Brincar para todos.

Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2005]. **RBEE**, Marília, v. 11, n. 3, p. 461-462, set./dez. 2005.

MEDEIROS, C. S. de; SALOMÃO, N. M. R. Concepções maternas sobre o desenvolvimento da criança deficiente visual. **RBEE**, Marília, v. 18, n. 2, p. 283-300, abr./jun. 2012.

MEDEIROS, C. S. de; SALOMÃO, N. M. R. Estratégias de Comunicação: interação mãe-criança com deficiência visual e habilidades sociocomunicativas infantis. **RBEE**, Marília, v. 21, n. 4, p. 393-406, out./dez. 2015.

MINHOLI, F. S.; ROCHA, L. R. M. da. Materiais acessíveis para o ensino de matemática para educandos com deficiência visual: uma revisão de literatura. **RBEE**, Dourados, v. 30, e0064, p. 1-18, 2024.

MONTEIRO, M. M. B.; MONTILHA, R. de C. L.; GASPARETTO, M. E. R. F. A atenção fonoaudiológica e a linguagem escrita de pessoas com baixa visão: estudo exploratório. **RBEE**, Marília, v. 17, n. 1, p. 121-136, jan./abr. 2011.

MORGADO, F. F. da R.; FERREIRA, M. E. C. Análise exploratória das escalas de silhuetas bidimensionais e tridimensionais adaptadas para a pessoa com cegueira. **RBEE**, Marília, v. 16, n. 1, p. 47-64, jan./abr. 2010.

MORGADO, F. F. da R.; FERREIRA, M. E. C. Adaptação de escalas de silhuetas bidimensionais e tridimensionais para o deficiente visual. **RBEE**, Marília, v. 17, n. 1, p. 21-36, jan./abr. 2011.

MORGADO, F. F. da R. et al. Facilitadores e barreiras percebidos por pessoas com cegueira congênita para a prática de atividade física. **RBEE**, Marília, v. 19, n. 3, p. 379-394, jul./set. 2013.

NERES, C. C.; CORRÊA, N. M. Análise dos artigos na área da deficiência visual publicados na revista brasileira de educação especial (1992-2017). **RBEE**, Marília, v. 24, Edição Especial, p. 153-166, 2018.

OLIVEIRA, L. A. C. de; REILY, L. H. Relatos de músicos cegos: subsídios para o ensino de música para alunos com deficiência visual. **RBEE**, Marília, v. 20, n. 3, p. 405-420, jul./set. 2014.

OLIVEIRA, R. N. R. de et al. Desenvolvimento e avaliação da usabilidade e acessibilidade de um protótipo de jogo educacional digital para pessoas com deficiência visual. **RBEE**, Bauru, v. 27, e0190, p. 847-864, 2021.

OLIVEIRA, J. P. de; MARQUES, S. L. Análise da comunicação verbal e não-verbal de crianças com deficiência visual durante interação com a mãe. **RBEE**, Marília, v. 11, n. 3, p. 409-428, set./dez. 2005.

ORBOLATO, L. M. Z.; MANZINI, E. J. Avaliação e treinamento das técnicas básicas e iniciais para a locomoção com a bengala em ambientes escolares. **RBEE**, Bauru, v. 26, n. 2, p. 267-282, abr./jun. 2020.

PIECZKOWSKI, T. M. Z.; GAVENDA, M. L. Narrativas de mulheres com deficiência visual. **RBEE**, Bauru, v. 27, e0171, p. 139-156, jan./dez. 2021.

PLETSCH, M. D.; et al. Revista Brasileira de Educação Especial: 25 anos de história. **RBEE**, Marília, v. 24, ed. esp., p. 1-8, 2018.

RABELLO, S.; MOTTI, T. F. G.; GASPARETTO, M. E. R. F. Avaliação educacional por meio do teste IAR em escolares com cegueira. **RBEE**, Marília, v. 13, n. 2, p. 281-290, maio/ago. 2007.

RENDÓN, M. C. C.; UCLÉS, R. R.; CAÑADAS, M. C. S. Adaptación de Tareas para Detectar el Talento Matemático en Personas con Discapacidad Visual Basada en el Análisis de las Habilidades de Visualización y la Generalización. **RBEE**, Corumbá, v. 28, e0048, p. 507-526, 2022.

ROCHA, M. M.; ALMEIDA, M. A. de. Ensino itinerante para deficientes visuais: um estudo exploratório. **RBEE**, Marília, v. 14, n. 2, p. 201-216, maio/ago. 2008.

ROCHA, S. J. M. da; SILVA, Edson P. da. Cegos e aprendizagem de genética em sala de aula: percepções de professores e alunos. **RBEE**, Marília, v. 22, n. 4, p. 589-604, out./dez. 2016.

ROSCOCHE, K. G. C. et al. Validação de tecnologia assistiva para mães e pais com deficiência visual: enfoque na introdução alimentar do lactente. **RBEE**, Corumbá, v. 30, e0998, p. 1-18, 2024.

RUIZ, L. C.; BATISTA, C. G. Interação entre crianças com deficiência visual em grupos de brincadeira. **RBEE**, Marília, v. 20, n. 2, p. 209-222, abr./jun. 2014.

SÁ, M. A. de; BRUNO, M. M. G. Deficiência visual nas crianças indígenas em idade escolar das etnias Guarani e Kaiowá na região da Grande Dourados/MS: um estudo sobre a incidência e as necessidades específicas e educacionais especiais. **RBEE**, Marília, v. 18, n. 4, p. 629-646, out./dez. 2012.

SACCOL, L. R. I.; VIANNA, C.; PAVÃO, S. M. de O. Negligência Familiar: implicações na aprendizagem escolar de estudantes com deficiência visual. **RBEE**, Bauru, v. 27, e0014, p. 183-196, jan./dez. 2021.

SANTANA, G. da S.; COSTA, F. M.; OLIVEIRA, R. P. de. Produção científica brasileira sobre pessoas com deficiência visual em contextos de trabalho. **RBEE**, Bauru, v. 28, e0074, p. 57-70, 2022.

SANTOS, L. C. dos; PASSOS, J. E. de O. S.; REZENDE, A. L. G. de. Os efeitos da aprendizagem psicomotora no controle das atividades de locomoção sobre obstáculos em crianças com deficiência da visão. **RBEE**, Marília, v. 13, n. 3, p. 365-380, set./dez. 2007.

SANTOS, M. C. S. et al. Escala de desenvolvimento motor: adaptação para crianças com baixa visão dos 7 aos 10 anos de idade. **RBEE**, Bauru, v. 26, n. 3, p. 421-436, jul./set. 2020.

SCHMITT, B. D.; PEREIRA, K. Caracterização das ações motoras de crianças com baixa visão e visão normal durante o brincar: cubos com e sem estímulo luminoso ou alto contraste. **RBEE**, Marília, v. 20, n. 3, p. 435-448, jul./set. 2014.

SCHMITT, B. D.; PEREIRA, K. Frequência de ações motoras em crianças com baixa visão e visão normal ao explorar cubos com e sem estímulos visuais. **RBEE**, Marília, v. 22, n. 3, p. 399-412, jul./set. 2016.

SELLA, A. C.; CHIODELLI, T.; MENDES, C. de A. Uma revisão sistemática de comportamentos pré-linguísticos e primeiros comportamentos linguísticos em crianças cegas congênitas. **RBEE**, Marília, v. 19, n. 3, p. 465-480, jul./set. 2013.
SILVA, J.; PIMENTEL, A. A Inclusão no ensino superior: vivências de estudantes com deficiência visual. **RBEE**, Bauru, v. 28, e0012, p. 121-138, 2022.

SILVA, M. D. P. C.; VALENZUELA, M. G.; QUIROZ, G. G. Identificação de características e propriedades morfológicas em texturas táteis: estudo sobre gráficos educativos e cartografias para crianças com deficiência visual. **RBEE**, Corumbá, v. 29, e0196, p. 419-438, 2023.

SILVA, M. A.; BATISTA, Cecília Guarnieri. Índícios de desenvolvimento em crianças com deficiência visual e problemas neurológicos. **RBEE**, Marília, v. 17, n. 3, p. 427-440, set./dez. 2011.

SILVEIRA, E. R. da et al. Educação em saúde bucal direcionada aos deficientes visuais. **RBEE**, Marília, v. 21, n. 2, p. 289-298, abr./jun. 2015.

SQUARCINI, C. F. R.; ESTEVES, A. M. Cronobiologia e inclusão educacional de pessoas cegas: do biológico ao social. **RBEE**, Marília, v. 19, n. 4, p. 519-530, out./dez. 2013.

TORRES, J. P.; COSTA, C. S. L. da; LOURENÇO, G. F. Substituição sensorial visuo-tátil e visuo-auditiva em pessoas com deficiência visual: uma revisão sistemática. **RBEE**, Marília, v. 22, n. 4, p. 605-618, out./dez. 2016.

TRIÑANES, M. T. R.; ARRUDA, S. M. C. de P. Atividades de vida autônoma na escola de tempo integral: aluno com deficiência visual – perspectivas educacionais.

RBEE, Marília, v. 20, n. 4, p. 581-590, out./dez. 2014.

VILARONGA, C. A. R.; CAIADO, K. R. M. Processos de escolarização de pessoas com deficiência visual. **RBEE**, Marília, v. 19, n. 1, p. 61-78, jan./mar. 2013.

VOOS, I. C.; GONÇALVES, F. P. O desenvolvimento profissional de docentes da educação especial e o ensino de ciências da natureza para estudantes cegos e baixa visão. **RBEE**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 635-654, out./dez. 2019.